

GUERRA CIVIL EM EL SALVADOR: histórico, atores e origens do conflito.¹

Katarina Jorge Teles Falcão²

Resumo

A guerra civil de El Salvador (1979-1992) foi um marco na história recente da América Latina. O conflito, que teve como cenário o contexto da Guerra Fria e uma duração de doze anos, trouxe como resultado mais de 70 mil mortes e milhões de vítimas e refugiados. Oriundo da insatisfação de longos anos de desigualdade socioeconômica e de direitos civis no país, o conflito teve seu princípio em 1979, após uma ofensiva do grupo de guerra numa tentativa de tomada do governo, e teve seu fim em janeiro de 1996, após a assinatura do acordo entre o governo e o grupo opositor. A guerra teve como principais atores o grupo de guerrilha Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), composto pelas mais diversas camadas sociais, e o governo militar de El Salvador, apoiado pelos Estados Unidos. O presente trabalho pretende, mediante revisão bibliográfica, apontar as causas e desdobramentos que permitiram o início do conflito, sua trajetória e conclusão. Por fim, intenciona-se relacionar os achados sobre as causas e a guerra civil em El Salvador com as expectativas teóricas da sociologia histórica apresentada por Newman (2014).

Palavra-chave: Guerra civil, El Salvador; FMLN.

1. INTRODUÇÃO:

A guerra civil de El Salvador (1979-1992) foi um marco na história recente da América Latina, todavia ainda existem poucas produções acadêmicas sobre o tema no Brasil. O conflito, que teve como cenário o contexto da Guerra Fria e uma duração de doze anos, trouxe como resultado mais de 70 mil mortes e milhões de vítimas e refugiados. Oriundo da insatisfação de longos anos de desigualdade socioeconômica e de direitos civis no país, o conflito teve seu princípio em 1979, após uma ofensiva de insurgentes numa tentativa de tomada do governo, e teve seu fim em janeiro de 1996, após a assinatura do acordo entre o

¹ Artigo científico resultado de Iniciação Científica financiada pela FAPEMIG e apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Dr. Aureo de Toledo Gomes. Número de palavras: 11.236 palavras

² Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia.

governo e o grupo opositor. A guerra teve como principais atores o grupo de guerrilha Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), composto pelas mais diversas camadas sociais, e o governo militar de El Salvador, apoiado pelos Estados Unidos.

Diante disso, a importância do estudo da guerra civil se torna cada vez mais evidente, quando se nota o aumento deste tipo de conflito no cenário internacional, em comparação a quantidade de guerras interestatais. Entre os anos de 1946 e 2014, houve de quatro a cinco vezes mais guerras civis do que conflitos entre Estados, e uma duração de anos de combate quinze vezes maior (GLEDITSCH, MELANDER, URDAL, 2016).

Outrossim, a duração de uma guerra civil costuma ser também mais longa, com uma duração média de sete anos (FREIRE, 2011). Como consequência disso, o impacto de qualquer guerra civil para a sociedade é muito grande. Atualmente, o número de mortos decorrentes desse tipo de conflito também ultrapassa a quantidade gerada pelas guerras interestatais. Apenas no período entre 1945 e 2004 o número de mortos chegou a 20 milhões e o de refugiados em 67 milhões (COLLIER, SAMBANIS, 2005).

Além disso, há uma grande proporção de vítimas indiretas afetadas pela falta de estrutura que uma guerra civil proporciona, como a dificuldade em conseguir acesso a alimentos, danos ao sistema de saúde e comprometimento de estradas e meios de comunicação (FREIRE, 2011).

Diversas produções acadêmicas acerca da natureza da guerra civil começaram a emergir, com especial atenção no começo do século XXI. Cederman (2017) e Vogt (2017) realizam uma revisão de literatura acerca das principais causas da guerra civil, explorando os trabalhos acadêmicos desde o início dos anos 2000. Esse período marca o aumento da produção acadêmica de estudos quantitativos sobre esse tipo de conflito, possibilitando que o tema se tornasse uma categoria conceitual bem estabelecida. À vista disso, três lógicas hegemônicas para o início desse tipo de conflito são encontradas na literatura: “ganância”, “oportunidades” e “queixas”. A descrição embasada na “ganância” enxerga o motivo de conflitos internos, oriundos de injustiças políticas e socioeconômicas. A explicação fundada em “oportunidade”, acredita que os atores são levados aos conflitos internos por meio de oportunidades, como um Estado fraco ou ganhos pessoais fáceis, que possibilitem que eles entrem em uma guerra civil. Por fim, a “ambição”, é justificada pelo desejo de indivíduos em maximizar os seus ganhos e lucros, em um sentido rigorosamente materialista (CEDERMAN, VOGT, 2017). Todavia, um outro ponto de vista sobre as causas da guerra civil pode ser encontrado dentro do contexto da sociologia histórica. Um de seus principais expoentes, Edward Newman (2014) parte do campo da sociologia histórica sobre o fenômeno desse tipo

de conflito, na qual a adota uma perspectiva centrada no Estado, afirmando que é através da construção estatal e da coerção gerada nesse tipo de acontecimento, que grupos conflitantes começam a se formar e possibilitar as causas de uma guerra civil.

A metodologia do presente trabalho será baseada na análise histórica da guerra civil salvadorenha, observando seus principais atores, conflitos e processos de resolução, por meio da revisão bibliográfica existente. Inicialmente, pretende-se explorar o contexto histórico que possibilitou o início da guerra civil em El Salvador, perpassando desde a atuação do governo conservador salvadorenho no início do século XX e a formação das principais elites, até a entrada da ditadura militar em 1931. Além disso, torna-se necessário delinear os principais levantes de revolta popular deste período, e a resposta de repressão do exército sobre eles, até a influência das “comunidades de base cristãs” da igreja católica, na base de formação de grupos opositores.

Mediante o entendimento das movimentações políticas preexistentes na primeira etapa da ditadura militar no país, a revisão irá tratar da tentativa de reforma agrária do governo bem como a formação e ascensão do grupo “Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional” (FMLN). Após essa introdução ao cenário de pré-guerra civil, o trabalho se ocupará na revisão da literatura específica sobre o processo histórico da guerra civil, a atuação da FMLN, o governo e os diversos atores internacionais envolvidos no conflito, revelando sua influência nos rumos da guerra.

Por fim, intenciona-se relacionar os achados sobre as causas e consequências da guerra civil em El Salvador com as expectativas teóricas da sociologia histórica apresentada por Newman (2014). Espera-se com isso enriquecer o debate desta temática no campo acadêmico de relações internacionais.

2. SOCIOLOGIA HISTÓRICA E A TEORIA DE EDWARD NEWMAN:

Assim como apresentado por Cederman (2017) e Vogt (2017), ganância, oportunidades e queixas são as principais explicações apresentadas pela literatura atual sobre as causas de uma guerra civil. Todavia, um outro ponto de vista sobre as origens desse tipo de conflito pode ser encontrado dentro da perspectiva da sociologia histórica. Um de seus principais expoentes, Newman (2014) parte de uma perspectiva histórica sobre o fenômeno desse tipo de conflito. A orientação teórica também se constitui pela sociologia histórica, ressaltando como a construção, consolidação, contestação e desintegração do Estado são as

causas implícitas para o início de uma guerra civil (NEWMAN, 2014). O método utilizado pelo autor, seguindo esta vertente, tem como foco as forças políticas e sociais, além da abordagem histórico comparativa. Esta metodologia se situa entre as abordagens críticas e empíricas. Em relação a essa última, o autor indica que de modo geral, a pesquisa empírica costuma ser a-histórica, sem levar em consideração as circunstâncias, focando em variantes específicas, ao invés de movimentos sociais mais abrangentes em jogo. Os estudos sociológicos são uma exceção, embora muitas vezes seja considerado como uma entidade à parte do campo hegemônico de análises de guerra civil (NEWMAN, 2014).

O autor tem seu foco principal nas causas políticas e sociais do conflito, assim como procura entender como esses fatores têm impacto e importância na compreensão do início das guerras intraestatais. Isto é, concentra-se nos fatores sociais ou estruturais, obtendo um enfoque na relação “Estado-sociedade”. O autor argumenta que é na natureza do Estado, em momentos de consolidação, construção e contestação, que a oportunidade de tomada de violência pode surgir e tomar corpo. Sendo assim, a obra foca nas diferentes extensões do Estado, como a legitimidade e competência do governo, a forma na qual ele foi construído, a forma que exerce controle, entre outros, como uma maneira de interpretar os motivos de uma nova reconfiguração social e política do Estado. Do ponto de vista da sociologia histórica, o Estado não tem menor relevância atualmente nesse processo, pelo contrário, é nele que pode-se encontrar as motivações que culminam nesse tipo de conflito.

Para que se possa entender a referência teórica adotada pelo autor, três campos acadêmicos são priorizados, sendo eles os estudos empíricos de guerra civil, de segurança, e em partes, o campo de relações internacionais. Além disso, a natureza macro e micro da guerra civil, assim como, os debates empíricos da guerra civil são o foco principal (NEWMAN, 2014).

O objetivo da obra do Newman (2014) é indicar que, ao contrário do que se pensa majoritariamente sobre os conflitos atuais serem causados por uma deterioração das instituições do Estado, é na construção coercitiva da nação que se refletem as causas dos conflitos contemporâneos. Sobretudo em locais onde o Estado não logrou alcançar seu fortalecimento e legitimidade de forma orgânica. Ou seja, o próprio processo forçado de consolidação do Estado pode levá-lo a violência e instabilidade.

Invariavelmente, a natureza e causa da guerra civil se constituem em um desafio metodológico, visto que, é necessário deliberar um corpo de regras diverso e delimitações específicas para se examinar um caso. Do mesmo modo, é possível que interpretações decorram em controvérsias em questões fundamentais dessa área de estudo. Além disso, é

importante notar que diferentes instituições e agências, têm critérios e definições distintas para considerar um conflito como uma guerra civil ou não. Todavia, na maior parte dos casos, variáveis amplamente utilizadas, como número de mortos, agente do conflito, entre outros, tem um consenso semelhante. Primeiramente, existem critérios de definição para diferenciar uma guerra civil de outras formas violentas de conflito, como massacres unilaterais, violência criminal, por exemplo. A definição mais utilizada na literatura sobre o contexto espacial, é a de que uma guerra civil é um conflito armado dentro das fronteiras de um Estado reconhecido internacionalmente (NEWMAN, 2014). De modo geral, o número de mortes é de um limite inicial de 1.000 óbitos, dirigidos por agentes relacionados de forma direta com o conflito, dentro de um período de tempo que possa ser identificável, geralmente delimitado como um ano. Os agentes envolvidos normalmente são o governo e grupos rebeldes, e as mortes devem ser realizadas por ambos os lados, a fim de não serem confundidas com massacres e genocídios unilaterais.

No que tange a identificação dos atores principais, grande parte de programas de pesquisa, a exemplo da Uppsala Conflict Data Project (UCDP), exige que os atores sejam identificados como estatais e não estatais. Desse modo, sem a participação do Estado, o conflito não seria classificado como guerra civil. Outras fontes de investigação podem exigir outras definições, como a existência de um conflito armado entre grupos dentro do Estado, desde que os atores possam ser claramente identificáveis (NEWMAN, 2014). Esses atores, por fim, devem ter como objetivo final a tomada do poder central do Estado.

O autor contraria a crença de que é necessário um ator estatal envolvido no conflito, pois locais onde o país é considerado um “Estado fraco”, na qual a força governamental não está envolvida, pode ter atores relevantes que estão na guerra. Dessa forma, Newman (2014), também utiliza o termo “conflito armado intra-estatal” para se referir a guerra civil. Por fim, a definição usado pelo autor é: “Um conflito armado dentro das fronteiras estatais reconhecidas, que pode envolver intervenientes, contributos e consequências internacionais, assumindo que os intervenientes locais continuam a ser os principais protagonistas” (NEWMAN, 2014, p. 62).

Existem diversos tipos de guerras civis, e uma tendência em tentar classificá-las pode resultar em uma tentativa de simplificar processos complexos. Muitas vezes, conflitos que podem ser descritos como “étnicos”, por exemplo, podem ter na raiz de suas causas, queixas a certa das desigualdades econômicas. Muitas vezes a causa de um conflito pode ter mais de uma origem e possuir variáveis que não são simples. No entanto, Newman (2014) afirma que existem padrões dentro das guerras civis, a respeito da sua natureza, duração e início, que

possuem fatores relacionados e que carecem de serem explicados. Ou seja, na perspectiva adotada pelo autor, a indicação de “tipos” de guerras civis deve ser cautelosa.

Sendo assim, Newman (2014) busca responder em sua obra se a guerra civil reflete padrões históricos mais amplos ou se são apenas melhor entendidas dentro do contexto. Para isso, o autor procura criar um panorama para explicar esse tipo de conflito em uma perspectiva histórica. Os principais instrumentos considerados sob análise em qualquer contexto histórico são: as fontes e os fatores facilitadores necessários para explicar e compreender a emergência de conflitos individuais; os principais protagonistas e unidades de análise da guerra; os motivos primários dos protagonistas -orientados em torno de indivíduos e grupos organizados-; os meios tecnológicos de violência; o impacto material e humano do conflito; a estrutura social do conflito; o impacto e significado social e seus fatores; e por fim; implicações sistêmicas internacionais (NEWMAN, 2014).

Diversos pontos podem ser debatidos dentro desse quadro proposto. Além disso, a guerra civil possui diversas camadas, porém o mais relevante é compreender o processo da construção do Estado. Segundo Newman:

“A construção do Estado envolve a imposição de autoridade e instituições estatais centralizadas, colocando as regiões autônomas sob controle, protegendo áreas fronteiriças e impondo regulamentação. Em termos weberianos, isso também envolve estabelecer o monopólio do Estado sobre a violência legítima” (Newman, 2014, p. 71).

Esse processo gera conflitos, uma vez que centros de poder e regiões periféricas devem ser controlados e pacificados, para se agregarem à unidade Estatal. Ademais, padrões e regras que podem não vir de um consenso geral são empregadas normalmente de forma coercitiva. Em sociedades divididas isso cria um conflito ainda mais amplo, pois políticas e dominação do grupo, assim como exclusão e desigualdades sociais estão em voga. Diversas condições facilitam um ambiente favorável ao início de uma insurreição, principalmente quando o Estado está com suas capacidades de governança fracas. Ademais, a criação de grupos excludentes e elites que divergem com a comunidade, também geram conflitos e resistência ao longo do caminho. Essas forças fundamentais estão ligadas com o controle político, e não necessariamente a maneira como a guerra é declarada, tal como por questões étnicas, ou econômicas (NEWMAN, 2014).

Ao longo de diversos períodos da história e em diferentes tipos de sociedade, a construção do Estado tem ocorrido, intrinsecamente, de forma violenta. A guerra de unificação da Itália, a independência do México e da Venezuela, assim como as guerras civis

dos EUA e Espanha, são algumas evidências apresentadas para exemplificar esse tipo de padrão brutal. Esse processo não é diferente de países descolonizados, que buscaram sua independência na metade do século XX. Para sustentar essa ideia, o autor indica dados quantitativos de conflitos armados que dão sustentação a esse argumento, como o da projeto Correlates of War (COW), que apontam que guerras civis por questões locais e pelo controle central do Estados -conflitos estes que tem a maior chance de serem considerados “conflitos de construção do Estado” são a maior parte das guerras civis (NEWMAN, 2014). Sendo assim, segundo o autor:

“Os dados sugerem que a grande maioria destes conflitos – muitos dos quais podem ser essencialmente e amplamente definidos como conflitos de construção do Estado – terminam como resultado de uma vitória absoluta de um lado ou de outro, e nomeadamente não por compromisso. Mais uma vez, isto parece sublinhar a relação íntima entre a violência (e não a conciliação) e a construção do Estado numa perspectiva histórica” (NEWMAN, 2014, p. 155).

Com frequência a causa dos conflitos intra-estatais têm tido como narrativa principal a tese dos “Estados fracos”, e a desintegração do Estado, principalmente nos estudos empíricos. Newman (2014) assinala que os Estados fracos geram sim uma oportunidade para a tomada de poder, por grupos que querem o controle estatal. Todavia, afirma que esse é um processo que ocorreu nos últimos 150 anos, sendo um movimento a-histórico. Portanto, também contesta a ideia de que as guerras civis tiveram mudanças drásticas nas últimas décadas, sendo a concepção de “novas guerras” uma visão equivocada da compreensão da guerra civil, seja historicamente ou na era contemporânea. Segundo o autor:

Em alguns casos – como no Afeganistão e no Iraque – as tentativas recentes de construção do Estado exacerbaram fortes conflitos históricos. A razão para isto, de acordo com as amplas lições da história, é que a construção do Estado pode ser conflituosa porque é necessariamente coerciva, encontra agendas políticas concorrentes e gera oposição violenta à medida que interesses instalados, privilégios patrimoniais e domínios territoriais são ameaçados. As tentativas de construção do Estado – e a assistência internacional que a acompanha – podem, portanto, ser frustradas pelos conflitos não resolvidos relacionados com a natureza do Estado nestas sociedades (NEWMAN, 2014, p. 181).

Ademais, reafirma que mesmo que a dinâmica do conflito possa ser nova, como a utilização de novas tecnologias, as causas não são.

Isso porque os mais diferentes conflitos têm narrativas que se parecem únicas e particulares de cada história. Todavia, o que essas narrativas tão distintas têm em comum é o conflito ao redor do Estado. O autor reafirma que, por mais que uma dinâmica local possa ser dissociada do Estado, e não ser vista dentro da abordagem centrado no Estado, ele continua sendo um

ator importante pois, segundo Newman “... uma vez que é a ausência de um Estado consolidado que permite que a dinâmica do conflito local se transforme em violência organizada, e é a construção ou reconstrução do Estado que é visto como a solução” (NEWMAN, 2014, p. 17). Dessa forma, é necessário analisar a formação do Estado, assim como seus antecedentes para melhor compreender o início do conflito intra-estatal, assim como uma leitura adequada sobre as motivações e causas que podem estar ocultas na guerra.

A guerra civil salvadorenha se encaixa mais adequadamente na definição da natureza de uma insurgência “política ideológica”, na qual grupos conflitantes disputam a tomada de poder do Estado, e é normalmente provocado por corrupção governamental, desigualdade econômica exacerbada e violação dos direitos humanos, por exemplo (NEWMAN, 2014). Em vista disso, é necessário recorrer a história da formação do país e seus antecedentes para melhor compreender o início do conflito intra-estatal.

3. HISTÓRICO DE EL SALVADOR:

El Salvador é um dos menores países da América Latina, sendo o país mais povoado da América Central, porém com uma grande história de luta armada. Desde a colonização espanhola, o principal componente econômico foi a agricultura, continuando assim até a sua independência em 1824. A partir daí, o sistema de agricultura de exportação dominou o território, apenas o café, correspondia a 60% da receita do país no final do século XIX (PEARCY, 2006). Isso culminou em um sistema político dominado pelas elites donas de terra, e uma população camponesa grande, porém donas de pequenas terras de subsistência, principalmente no norte. Outra parte correspondia a trabalhadores no sistema de colonato, na qual o dono de terra sedia parte de seu território para o camponês, a fim de ter como troca a mão de obra em suas terras (TODD, 2010) Esse sistema se perpetuou até o começo da Guerra Civil, como veremos mais adiante.

No período da independência até todo o século XIX, El Salvador teve como presidentes membros da oligarquia e permaneceu assim até o começo do século XX, com notável estabilidade.

Segundo Pérez *et al.* (2013) Apesar da economia do país sempre ser dependente da agricultura de exportação, foi em 1846 com a introdução da produção de café, o chamado de “grão de ouro”, que a história da elite moderna salvadorenha se iniciou. A oligarquia, formada por quatorze famílias produtoras de café - conhecidos como “los catorce” - tomou a

frente da política nacional e assumiu o governo, notavelmente com as famílias Meléndez y Quiñones. A oligarquia continuou diretamente no comando do governo, até que a Grande Depressão de 1930 mudou o cenário interno.

O impacto internacional das baixas do preço do café e de diversos outros produtos de exportação do período empobreceu uma grande parte da população salvadorenha, gerando uma crise interna que culminou em uma ameaça à estabilidade política encontrada até então pela elite em toda a década de 1920. O que fez com que as 14 famílias recorrem aos militares para proteger seu status quo (PÉREZ *et al.*, 2013).

Em 1931, apoiado por esse grupo, teve início a ditadura militar no país. Inicialmente, a tomada do governo pelos militares era apenas uma situação temporária, com a promessa dos comandantes de realizar novas eleições, que ao fim, nunca se concretizou. Devido a anulação das eleições de 1932, aliado a todo o histórico de má distribuição de terras, bem como a crise econômica que afetava o país, uma revolta popular foi organizada pelo partido comunista junto membros campesinos, principalmente indígenas, originando um dos episódios mais marcantes da história do país, o massacre de La Matanza. A revolta de 1932 foi liderada por Agustín Farabundo Martí Rodríguez, um dos organizadores da rebelião e fundador do Partido Comunista Salvadorenho (PCS), que mais tarde deu nome aos insurgentes da Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Rodríguez e membros do partido iniciaram um plano de tomada de poder. O grupo conseguiu conquistar um grande número de propriedades e fazendas e realizou aproximadamente 30 assassinatos de civis e militares, gerando uma alta instabilidade ao governo. Maximiliano Hernández Martínez, presidente na época e importante líder político, decretou lei marcial, utilizando-se da força do Estado de forma desproporcional contra os rebeldes e inúmeros civis inocentes, matando cerca de 10 mil a 40 mil pessoas (PEARCY, 2006). O evento ficou conhecido como uma “caçada” mortal sem distinção contra campesinos e indígenas, que durou semanas.

Logo depois, Martínez institucionalizou um partido único, que teve como candidatos apenas representantes do exército, que venceram praticamente todas as eleições até o início da guerra civil. Invariavelmente, a questão em jogo sempre foi a busca pela recomposição econômica das oligarquias que temiam uma possível rebelião camponesa. Esse temor gerou uma perseguição tão intensa a grupos que não eram uma ameaça radical de fato, que provocou uma organização revolucionária real. Ou seja, tanto a elite quanto os militares não conseguiram distinguir entre quais eram os grupos revolucionários e os moderados (TODD, 2010).

Em termos econômicos, o Estado no século XX direcionou todos os seus esforços em priorizar a agricultura como principal atividade econômica do país. Dessa forma, as regiões que mais produziam alimentos de exportação, como café, açúcar e algodão, tinham uma vantagem de investimento por parte do governo. Nesse sentido, o desenvolvimento da infraestrutura e saneamento básico de El Salvador começou a ser desenvolvida nas regiões produtoras, e na capital, concentradas no terço inferior do território. Já o norte, que não assegurava uma produção com produtos desse tipo, possuindo uma agricultura de subsistência e comércio local como principal característica, acabou ficando de lado (TODD, 2010). Todavia, foi no começo da guerra civil, nos anos 1980, que o norte teve destaque. Isso porque ele se tornou um dos principais locais de refúgio e agitação popular da FMLN e das forças opostas ao governo.

O norte chegou nesse cenário de independência, por um processo exógeno. As regiões que dependiam mais da agricultura de exportação, ficavam à mercê do sistema de colonato. Já no norte, os camponeses tinham mais independência sobre a terra, pois os proprietários eram os responsáveis diretos pelo cultivo dela, principalmente as regiões de Chalatenango, Cabañas e Morazán. Segundo Todd: “...Chalatenango e Morazán, quase 70% das terras agrícolas eram cultivadas pelo proprietário em 1950.” (TODD, 2010, p. 22). Isso possibilitou uma multiplicidade de caminhos a serem seguidos pelos camponeses, gerando assim uma maior independência do Estado e de grandes donos de terras.

A região também é marcada pela relação transfronteiriça com Honduras. Apesar dos conflitos gerados na década de 1960 com a “*Soccer war*”, na qual os Estados não tinham nenhuma relação diplomática e disputavam certas áreas da fronteira e que culminou em um acordo de paz duas décadas depois, os habitantes que moravam no local mantinham uma relação de paz, independente da movimentação política, tendo a fronteira como um local que auxiliava seu comércio de subsistência. Por fim, o isolamento e todas essas questões apresentadas anteriormente fizeram dos camponeses do norte, indivíduos mais autônomos e com estratégias de sobrevivência e resolução de conflito de forma mais independente (TODD, 2010).

Apesar dos problemas sociais e desigualdade em El Salvador serem altos, o cenário político e econômico permaneceu o mesmo. A repressão hedionda do governo sob a população fez com que novas organizações ou rebeliões fossem oprimidas. Mas a chegada de um novo movimento religioso na década de 1960, modifica essa conjuntura.

4. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E COMUNIDADES CRISTÃS DE BASE:

A Teologia da Libertação foi um dos grandes influenciadores na organização social e política dos salvadorenhos. Ela surge em 1960 como um movimento sócio-eclesial dentro da igreja católica, oriunda das apreensões do agravamento das questões sociais do século XX, em especial na América Latina. A região também detinha uma das maiores concentrações de católicos no continente. A ideia por trás da teologia da libertação, era a de gerar uma maior consciência sobre as condições de injustiça que acometiam os mais pobres. Defendendo a visão de que Deus desejava uma vida de igualdade e abundância para todos, e que portanto, as desigualdades vivenciadas eram frutos das ações do homem e deveriam ser corrigidas. Todavia, ao seguir esse modelo, diversos fiéis se chocaram com os interesses do Estado e das elites nacionais.

No caso de El Salvador, foi na periferia norte da capital San Salvador, em 1968, que o movimento criou sua base e começou a se espalhar pelo país. Seu auge é em 1970, quando ocorre a primeira “Semana Nacional de Pastoral de Conjunto”. Que reuniu os atores mais importantes historicamente no país, como o arcebispo Oscar Romero, importante figura social, que teve sua morte representada como um marco na guerra civil anos mais tarde. Segundo Todd (2010):

“Durante a conferência, o arcebispo salvadorenho Luis Chávez, seus bispos auxiliares Arturo Rivera y Damas e Oscar Romero e mais de 120 religiosos e leigos de todo o país discutiram métodos e orientações pastorais à luz do Concílio Vaticano II (1962-65), também conhecido como Vaticano II, e a Conferência Episcopal Latinoamericana de 1968 (Conferência dos Bispos Latino- Americanos, CELAM) em Medellín, Colômbia. Ambos os encontros infundiram em setores da Igreja Católica uma nova corrente de responsabilidade social.” (TODD, 2010, p.41, tradução própria).

Além disso, os catequistas se dirigiam aos centros de instruções, localizados na capital, e patrocinados pelas dioceses existentes, nomeados como “ universidades camponesas” ou “centros de treinamento camponês” (TODDY, 2010). Nesses locais o foco se dirigia a formação de lideranças comunitárias, o trabalho em grupo, a assistentes dos bispos locais e assim por diante, formando dessa forma, “homens para a libertação”. Além disso, as reuniões em grupo faziam com que os camponeses compartilhassem as suas vivências e notassem que a opressão compartilhada por toda essa classe social era a mesma, o que deu maior força na luta campesina e contribuiu para a formação até de guerrilheiros. Em 1968 a igreja começou a possuir uma postura mais liberal, com o primeiro centro de catecismo

chamado “El Castanõ” oferecendo cursos nas mais diversas áreas de formação social, sob o comando da ideologia da libertação.

Esse movimento originou a nível municipal, as organizações chamadas de Comunidades Cristãs de Base (CBC), que exerceram muita influência na formação e organização política dos civis e futuros guerrilheiros. Ela se iniciou em 1972, na comunidade de Aguilares, na qual eram dirigidos estudos domiciliares bíblicos, com o objetivo de refletir sobre a figura de Jesus como um ser entregue à justiça e à vida dos pobres. Esse modelo de CBC se espalhou pelo país, e teve como frequentadores, membros do campesinato e cidadãos pobres do país.

Toddy (2010), argumenta que, ao contrário do que a mídia mainstream normalmente diz sobre os camponeses serem vítimas de uma doutrinação cega, eles eram na realidade, grupos bem articulados que construíram organizações coletivas voltadas para a libertação social, além de contribuir ativamente com a comunidade construindo escolas e estradas. Todavia, a teologia da libertação não era um consenso no país. Havia uma parte conservadora da igreja, principalmente representada pelo padre “Argueta”. O padre defendia politicamente uma vertente de direita, fazendo em suas pregações, propagandas políticas que favoreciam o partido “Partido de Conciliação Nacional” associando aos militares.

Por fim, para se ter noção da influência dessa vertente ideológica dentro do conflito, a morte do Arcebispo Romero novamente é citado como um dos pontos cruciais na chamada internacional em relação à situação de violação de direitos humanos do país no final dos anos 1970. Após seu último sermão feito diretamente aos militares, pregando para que os soldados não obedecem qualquer ordem que fosse “contra as leis de deus” Romero foi baleado no dia seguinte, enquanto realizava sua missa para uma grande quantidade de fiéis, em 1980 (MCKINNEY, 2015).

É importante observar que a atuação dos camponeses nunca foi passiva, apesar da falta de organização de partidos políticos legalizados. Todd (2010) defende que a perspectiva passiva camponesa é hegemônica, devido a falta de estudos dirigidos a El Salvador, sendo o país menos pesquisado de toda a América Latina, mesmo com um quinto da população sendo deslocada entre 1970 e 1990, por conta da guerra. Nesse sentido, Todd (2010) cita dois tipos de amplos movimentos camponeses existentes antes da guerra civil. Grupos do movimento ortodoxo, com características mais conservadoras que se alinhavam ao governo, e os progressistas, que seguiam uma linha mais independente e mais focados em combater as injustiças de assimetria de poder observados entre governo e a população. Foi também em 1980 que as migrações em massa começaram, e a história dos refugiados se iniciou, assim

como a formação da FMLN. É nesse momento que a figura do camponês como agente político dissipou-se, mas não terminou.

A violência desproporcional do governo só aumentava, e como resposta a isso foi criado o sistema “guida”. Ele consistia em um movimento de fuga temporária para despistar as forças aniquiladoras do governo. A influência da FMLN nas guildas foi perceptível, mesmo que fosse independente do grupo. Por mais que os camponeses não constituíssem uma massa homogênea em relação à opinião positiva sobre a FMLN, a assistência dos guerrilheiros no que tange ao fornecimento de informações, armamento e material não pode ser ignorada. Além disso, as zonas de controle militar insurgente se traduziram em espaços frequentemente mais seguros aos camponeses, com menos invasões do governo e dos esquadrões da morte (TODD, 2010). Todavia, após 1984, mesmo dentro desses territórios de proteção guerrilheira, a organização independente de diretivas camponesas continuou a ser construída, gerando uma administração independente da comunidade, não sendo guiada, necessariamente, pelos insurgentes, mas sendo incentivada pelos membros da FMLN. Isso também reforçou a diferença que os camponeses faziam questão de deixar claro, entre quem era revolucionário armado e quem não era (TODD, 2010). Ademais, durante a guerra, diversos refugiados continuaram ativos na luta política mesmo fora de El Salvador, fazendo pressões em instituições internacionais, governo, mídia e organizações políticas.

5. ELEIÇÕES E PRÉ-FMLN:

De 1931 até 1947 não ocorreram grandes mudanças no estilo de comando dos militares. Até então, o Estado estava assentado em um governo militar extremamente repressor e violento, com o apoio da oligarquia nacional. Foi apenas na chamada “revolução de 1948” que surgiu um novo grupo de militares com pensamentos mais progressistas, que acreditavam que um pouco de reforma agrária no lugar da opressão exacerbada, seria uma solução para criar uma estabilidade política. Essa mudança ocorreu, pois, assim como a oligarquia, essa parte nova do exército também tinha receio de uma revolução causada pelas desigualdades sociais e repressão empregadas contra os civis do país. De toda forma, existia o desejo por parte desse grupo de ver um crescimento econômico em El Salvador, criando um, novo programa, chamado por Leogrande e Robbins (1980) como uma “revolução controlada” que permitiu algumas reformas moderadas, mas que não desafiavam de fato o domínio da oligarquia na soberania das terras produtivas se de seu poder econômico, assim como

mantinha a repressão contra seus opositores políticos. Em resumo, houve modernização nas questões sociais e econômicas do país, mas sem um desafio à estrutura já vigente (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

Essa união entre oligarquia e exército produziu um sistema eleitoral na qual a oposição podia concorrer e demonstrar seu ponto de vista nas eleições, porém a vitória sempre estaria garantida ao partido militar intitulado “Partido Revolucionário de Unificação Democrática” (PRUD), através da contagem manipulada de votos sob o comando do exército (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

O avanço econômico aconteceu, fazendo com que a classe média urbana e a classe trabalhadora se beneficiassem, mas sem a permissão de um movimento ou partido político que as representassem. Já em 1960, houve uma onda de prisões de civis, o que colocou em xeque o consenso político dos militares. Dessa forma, parte progressista das forças armadas se uniram a líderes civis para pôr fim ao comando do governo pela PRUD. Todavia, após três meses de sucesso desta ação, esse novo governo foi deposto, e deu lugar ao mesmo tipo de regime e grupo político anterior, porém com um nome diferente: Partido de Conciliação Nacional (PCN). Com os mesmos traços políticos: liberalismo, reforma moderada do Estado e comando militar duro.

Já na década de 1970, o país passou por uma crise política oriunda da guerra com Honduras, mas que não resultou em uma abertura política. Nesse momento, o principal opositor político do exército era o Partido Democrata Cristão (PDC). O seu crescente apoio foi interrompido pela guerra contra Honduras³ em 1969. Todavia, o conflito ajudou a consolidar o governo militar para os próximos anos. Ademais, a existência do PDC influenciou na ausência de crescimento de qualquer movimento da esquerda radical, que em outros países no final dos anos de 1960, estavam sendo influenciados pela revolução cubana e suas guerrilhas, o que não se via em El Salvador. Nas eleições de 1972 o PCD teoricamente venceu as eleições, mas perdeu para o PCN por fraude nas contagens de votos. Foi nesse momento que houve uma nova tentativa de junção de militares progressistas e líderes civis para uma tentativa de golpe, mas que teve um resultado final infrutífero. Essa ação fez com que o PCD virasse o principal alvo de oposição, e seus principais líderes acabaram se exilando em outros países. Em 1977 ocorreu uma nova tentativa de abdicar à presidência,

³ A “Soccer War” foi um curto conflito armado em julho de 1969, entre El Salvador e Honduras, devido às tensões já existentes em relação à permanência de milhares de imigrantes rurais salvadorense no país. A guerra se iniciou por embates entre torcedores de futebol de ambas as nações, durante um campeonato em Honduras, e continuou após o envolvimento das forças armadas. A guerra foi finalizada após a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), em uma negociação de cessar-fogo (ÁLVAREZ, 2010).

mas que novamente falhou. No entanto, essa postura política mais ao centro também permitiu a criação da esquerda revolucionária (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

A respeito do início de formação das guerrilhas os Leogrande e Robbins apontam:

Três organizações de guerrilha começaram a operar durante 1970 quando o centro foi demolido. A Força Popular de Libertação (FPL) fundada em 1970 estudantes radicais universitários e membros do partido comunista. Um ano depois outro grupo de dissidentes comunistas se juntou com radicais dos Democratas Cristão, para formar o Exército Revolucionário do Povo (ERP), na qual se dividiu em 1975, conduzindo para a criação das Forças Armadas de Resistência Nacional (FARN) (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980, p. 1088).

A dominação militar do governo ao longo dos anos sempre teve a mesma disposição para oprimir a população civil de forma bruta. Mesmo que houvesse diversas mudanças de comando dentro do Estado, os militares sempre estiveram à frente do regime desde 1931, e não deu espaço para qualquer outro tipo de concorrência. Além disso, a sua incapacidade de promover avanços econômicos no país sempre foi um ponto de instabilidade para promover a sua legitimidade pela população. Foi a partir do surgimento dos grupos de guerrilha, que a oligarquia iniciou de fato o seu patrocínio aos Esquadrões da Morte, grupo constituído por paramilitares, entre eles, a União dos Guerreiros Brancos, Mão Branca, A Falange, entre outros

Assim que o início da contra insurgência como um estilo cubano de tomada de poder começou a ser uma possibilidade, o governo dos Estados Unidos (EUA) começou a ter uma preocupação maior com a situação, e em sua tendência na época de prestar assistência de segurança para a América Latina, o governo de El Salvador recebeu 4 milhões de dólares entre os anos de 1961 e 1970, mesmo que não houve nenhum grupo revolucionário para ser citado no momento (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

Já em 1972 o PDC se juntou a partidos menores e formou a União Nacional de Oposição (UNO), e assim que se iniciou um retorno sobre a contagem de votos, ficava nítido que o PDC estava ganhando. Dessa forma, os militares trataram de reverter a situação fazendo uma pressão midiática para parar a divulgação de resultados e retornou com uma contagem a seu favor. Mesmo assim, o Conselho eleitoral de San Salvador revelou que ainda existia uma diferença que beneficiava a vitória do UNO. Novamente, os militares reformularam os números para garantir novamente a sua permanência no poder (KYLE, 2004).

Essa jogada política pode ter mantido os militares no poder, mas criou uma desconfiança na população, e um engajamento na formação de outros grupos políticos que não recorreriam ao sistema eleitoral para alcançar o poder. Assim, a base para a formação da

guerrilha estava estabelecida. Como citado por Wickham-Crowley, a "persistência em manter o velho regime" é um dos motivos que permite a fundação de uma guerrilha (KYLE, 2004).

Com a descrença no processo eleitoral, mesmo com grande apoio popular, a UNO desistiu de concorrer às eleições de 1976. A resposta a isso foi a criação de diversas organizações de base popular, que foram prontamente colocadas como alvo de repressão dos militares. Nesse mesmo ano, sob o comando do Coronel Molina, os militares criaram um plano base de redistribuição de terras. A ideia, era usar fundos do governo para desapropriar terras produtivas de grandes latifundiários, a fim de distribuir aos sem terras, e fazer com que os os donos utilizassem o lucro obtido pela compra dessas propriedades para reinvestir em outros setores da economia salvadorenha, a fim de desenvolvê-la (KYLE, 2004). Isso desagradou toda a oligarquia do país, que não comprou essa ideia. Ameaçado por todos os lados, o presidente nunca mais tocou no assunto da reforma, fazendo que as organizações camponesas perdessem totalmente a crença em uma mudança estrutural, mas que sentissem o temor dos militares sobre o seu poder popular, e isso não passou despercebido pelas forças do Estado.

Segundo Green (2018), nas décadas de 1960 e 1970 o financiamento às universidades e número de admissões aumentou e proporcionou um local de concentração política. Em 1965 o primeiro sindicato de esquerda é reconhecido legalmente, e outros sindicatos de trabalhadores receberam reconhecimento. Como consequência, o número de protestos e pressões políticas por mais igualdade social, tendo a reforma agrária como ponto principal. Em 1976 houve uma tentativa de reforma agrária que teve grande resistência da oligarquia, e não foi satisfatória para a população. No entanto, os grupos opositores armados, principalmente os de esquerda, ainda representavam um número efêmero, mas a resposta aos protestos que se iniciaram pacificamente obtiveram uma resposta de repressão brutal por parte do governo. O apoio do Estado aos grupos paramilitares já era presente mesmo antes da formação da FMLN. O governo já havia matado milhares de civis no ano de 1980.

O aumento do número de universitários no país, foi um dos fatores relevantes para a criação de uma "intelligentsia" que fosse capaz de captar a insatisfação da população com o governo, e pudesse assim, começar a criação de lideranças e organização políticas que unissem os salvadorenhos em uma causa comum. Segundo Kyle (2004) houve um acréscimo de 602% de 1965 a 1975 de universitários no período.

A Frente Revolucionária Democrática se tornou uma das principais organizações de esquerda naquele momento, contando como membros diversos setores da sociedade, como sindicalistas, estudantes e professores, tornando-se uma coalizão de intelectuais e de

trabalhadores. O grupo buscava apenas reconhecimento político, sem recorrer a atos de força, porém se tornou um alvo do governo e teve um dos seus principais líderes assassinado, deixando assim um vácuo de liderança entre a esquerda (KYLE, 2004).

Em 15 de outubro de 1979 o governo do general Romero cai após um violento golpe de Estado, comandado por dois generais que tinham uma posição política mais moderada, defendendo um maior avanço de direitos e justiça social, do que a ala conservadora que ocupava o governo até então. Enquanto isso, os diversos grupos de guerrilha de esquerda que foram formados até então, iniciaram diversos movimentos de insurreição, tomando diversas infraestruturas do país, e começou uma agitação popular que desestabilizou diversas áreas do governo. Todavia, com as inúmeras promessas do novo comando militar progressista, as guerrilhas concordaram em dar um trégua com um prazo determinado, a fim de observar se as mudanças propostas de fato ocorreriam.

Não obstante, a incapacidade do novo governo em manter a ordem e as demandas sociais de todos os grupos de oposição, fez com que após três meses os novos comandantes caíssem e os cristão democratas assumissem, prometendo novas reformas, entre elas a de distribuição de terras. Por fim, os novos comandantes mantiveram o mesmo sistema dos “militares progressistas” anteriores a eles, não promovendo nenhuma mudança significativa, perpetuando o sistema de opressão violenta. Todavia, a oligarquia não estava contente com essas propostas de reformas, e junto com seus apoiadores de extrema direita, decidiu que o novo governo do PDC era de esquerda, e portanto deveria ser perseguida. Assim, se inicia uma nova rodada de perseguição política feito pelo esquadrão da morte. Agora os alvos não eram apenas a oposição de esquerda, mas também os políticos de centro.

Ao final, o PCD passou por um isolamento político e era extremamente dependente do apoio norte americano. Após militares de direita tentarem tomar o governo em dois momentos diferentes no mesmo ano, não havia mais um grupo político na qual o governo pudesse se apoiar a fim de se proteger, dependendo da preservação por parte dos estadunidenses (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

Após a união de diversos grupos de esquerda existentes no país em 1980, a FMLN é formada, e segundo a Humans Rights Watch, possuía um terço de soldados em comparação aos quinze mil do exército salvadorenho (MCKINNEY, 2015). Todavia, apesar das lideranças estarem unidas, algumas áreas de organização interna se mantiveram separadas em cada grupo, como a de finanças e controle territorial. Isso demonstra como a FMLN conseguiu manter seu nível de coesão interno e como as decisões do alto comando se traduziram efetivamente em ações pragmáticas na guerra de forma efetiva. Além disso, apesar do

governo salvadorenha afirmar que as ações contra os direitos humanos eram feitas pela guerrilha, a FMLN era reconhecida como um grupo que utilizava suas táticas de ataque e destruição diretamente voltadas à infraestrutura e organização militar, e não indiscriminadamente contra os civis, ao contrário do comportamento dos militares (MCKINNEY, 2015).

A questão da desigualdade econômica em El Salvador também é um grande fator para esse cenário favorável ao surgimento das guerrilhas. Deve-se levar em consideração que, em um país com uma economia majoritariamente agrária, e com a maior densidade populacional da América Central, apenas 41% das terras estavam nas mãos de 0,07% de uma pequena elite em 1979, apenas um ano antes da guerra estourar (MONTGOMERY, 1998).

Houve a efetivação de reformas agrárias propostas pela junta cívico-militar progressista, visando diminuir a insatisfação e as movimentações contra o governo, porém esse movimento não foi efetivo. Isso porque, segundo Wickham-Crowley (1996) “[a] reforma de 1980 a 1983 distribuiu aproximadamente 20% das terras agrícolas salvadorenhas”, o que pode parecer uma grande distribuição, mas que não se consolidou na prática, pois é baixa considerando a densidade populacional existente em El Salvador. Além disso, a reforma não afetou as famílias agrárias de grande poder, principalmente a cafeeira, que foi protegida politicamente na hora de distribuir suas terras. Por exemplo, na fase I em 1980 do programa de reforma agrária, o limite máximo do tamanho de uma fazenda era de 100 hectares. Já na constituição de 1982, esse número cresceu para 243 hectares, fazendo que somente 9,5% das terras de café fossem incluídas na primeira reforma do programa.

Os princípios econômicos da oligarquia salvadorenha foram responsáveis por gerir o país por praticamente todo o século XX. Isso inclui um esforço consciente em desestabilizar qualquer plano de diversificação produtiva, ou de industrialização do Estado, promovendo sempre uma economia dependente da agroexportação

Segundo Lungo Ucles (2007), algumas transformações foram relevantes na década de 80 para o cenário de El Salvador. Na economia, o país sofreu algumas alterações significativas. Nessa década a dependência externa dos EUA aumentava cada vez mais, correspondendo em 1988 a 65% das suas exportações ao país. Todos esses quesitos influenciam cada vez mais no aumento da insatisfação popular, em conjunto com o nível de repressão estatal.

6. INÍCIO DA GUERRA CIVIL DE FATO E SEUS DESDOBRAMENTOS:

Por fim, pode-se dizer que todo o ataque causado pelo Estado ao longo da década de 1970 serviu para aumentar a organização da oposição contra um adversário único. Após os militares atiraram contra os manifestantes, já no primeiro mês da virada de década, em 1980, o protesto contanto com 250.000 mil pessoas, com a bandeira de “Unidade das Forças Democráticas e Revolucionárias” marcou o início do que a oposição nomeou de “guerra aberta” (TODD, 2010).

É um consenso entre os principais autores que o ano de 1980 marcou o início da guerra civil. Após a retirada via golpe do General Carlos Humberto Romero, em outubro de 1979, uma junta cívico militar se fixou no comando do governo, e a FMLN iniciou a sua organização de forma coesa.

Novamente, a violência governamental começou a ser dirigida aos civis, principalmente o campesinato, correspondendo, em 1980, a 78% dos mortos.* (colocar na nota de rodapé, Todd, 2010). Além disso, houve a migração interna forçada pelo exército, fazendo com o que os camponeses saíssem de zonas de controle da FMLN, para as regiões controladas pelo governo.

No primeiro mês de 1981 a FMLN começou uma ofensiva na qual dominou diversos quartéis militares em El Salvador, com o propósito de demonstrar que uma grande ofensiva serviria como incentivo para provocar uma revolução popular, assim como em outros países, como Nicarágua e Cuba. Apesar de não ter tido o efeito esperado, e nem conseguido dominar locais militares importantes, o grupo demonstrou uma ameaça significativa ao exército salvadorenho, que era pequeno e despreparado naquele momento. Logo após essa primeira ofensiva de 1981, as lideranças guerrilheiras traçaram o plano, que como Green (2018) chama, de “resistir, desenvolver, avançar” se preparando estrategicamente nas áreas de retaguarda para então, atacar de forma ofensiva novamente. Isso durou de 1982 até 1983, na qual a FMLN variava entre grandes e pequenos ataques contínuos. O exército salvadorenho teve grandes perdas nesse período, como afirma Green “Durante um período de dois meses no final de 1983, o governo informou que mais de oitocentos soldados foram mortos” (GREEN, 2018, p.70).

Depois de uma conquista contínua de grandes faixas de território, os guerrilheiros travaram uma luta de guerra convencional com o Estado, com batalhas grandes em campo aberto, formação de batalhões de mais de mil combatentes, e o domínio de territórios além de suas fortificações. Como já citado, os estados do norte estavam sob maior controle da FMLN

em praticamente todo o período da guerra, mas mesmo assim, existiram diversas tomadas de poder em outros locais.

Ao fim do ano de 1983 diversos analistas acreditavam que os insurgentes estavam prestes a tomar o país. Fato é que a ajuda milionária dada pelos EUA ajudou o governo a prolongar a guerra e não garantir a vitória do oponente, mas não conseguiu deter a FMLN. O governo dos EUA sugeriu então aos militares que adotassem uma guerra de baixa intensidade, ao invés da de grandes ataques, como ocorria até então. O exército não aderiu a essa tática e teve diversas baixas, pois os ataques geraram massacres que deixaram mais civis mortos do que rebeldes, pois não era possível fazer a distinção entre ambos, e deixava diversos soldados mortos.

Foi após 1983 que as coisas começaram a mudar. Além de um aumento no grupo de conselheiros norte-americanos, o principal ponto foi a ajuda aérea dada pelos EUA. Segundo Kyle (2014), o fornecimento de força aérea e “fotos de vigilância por satélite para os militares”, influenciou fortemente na identificação da localização dos guerrilheiros e o enfraquecimento do grupo. Além disso, era seguido de bombardeamentos aéreos intensos, seguido de uma varredura no terreno. Seu principal alvo era as regiões do norte que possuíam a maior quantidade de bases guerrilheiras. Nesse sentido, a FMLN optou por escolher uma tática de menores unidades, com uma maior frequência de deslocamento de regiões (TODD, 2010). De 1984 a 1989 houve dificuldades de ambos os lados em conseguir a vitória. Em resumo, pode-se dizer que de 1984 à 1985 a FMLN teve baixas em seu controle, mas conseguiu reestabelecer ele no ano de 1987, até a sua ofensiva final na capital em 11 de novembro de 1989, que tinha como objetivo uma insurreição popular, que novamente, não teve resultado, mas provou para o oponente que suas forças ainda não estavam esgotadas. Normalmente a FMLN mantinha o controle dos estados do norte e as zonas rurais, e o governo a parte oeste e os centros urbanos.

Ainda segundo Wickham-Crowley (1996) as principais províncias de café, ambos locais que foram centros da insurreição de “La matanza” em 1932, eram as regiões com menor suporte popular à FMLN. Uma das teorias levantadas é a de que a memória das consequências mortais vividas devido às mobilizações políticas vividas, tanto em 1932 como no final dos anos 70 pela população, fizeram com que o apoio não surgisse. Dessa forma, é possível notar que a correlação entre a população sem terra e a revolução no país não é tão simples. Ademais, ao longo da história, essas eram províncias com maior presença e controle da oligarquia, gerando uma vigilância ainda maior e uma limitação de qualquer mobilização social.

Outra questão, é que os camponeses dessa região eram altamente dependentes dos empregos gerados pelas plantações. Uma das táticas da FMLN consistia em queimar a produção para prejudicar os fazendeiros economicamente, De fato isso funcionava, mas acabava afetando também os empregados que ficavam sem trabalho durante longos períodos de tempo, gerando assim uma menor aprovação aos guerrilheiros.

7. A INFLUÊNCIA DOS EUA:

Desde o começo da independência de países como Cuba e Porto Rico, a "Doutrina Monroe" fez com que os EUA sempre estivessem envolvidos com os assuntos políticos da América Central, e com El Salvador não foi diferente. O país era altamente dependente de sua relação econômica de exportação do setor primário para os americanos. Sua relação com o governo plutocrático salvadorenho sempre foi direto. Após o marco que foi a revolução Cubana em 1959 para a política externa dos EUA, a disposição em aplicar uma política externa rigorosa de controle da América Latina se intensificou, e o caso de El Salvador foi priorizado. A sua interferência direta no país iniciou já na década de 1960, o governo salvadorenho recebeu 4 milhões de dólares entre os anos de 1961 e 1970, mesmo que não houvesse nenhum grupo revolucionário para ser citado no momento (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980). Todavia, com todo o contexto internacional da Guerra Fria naquele momento, o país tinha motivos suficientes para se preocupar com uma tomada comunista. Segundo Kyle (2004), “[e]m 1981, com 4.000 guerrilheiros ativos e 5.000 milicianos, a FMLN tinha forças consideráveis que cresceram com a guerra escalada”.

Mas foi sob o comando da administração de Ronald Reagan que os esforços contra a guerrilha salvadorenha foram mais intensos, em sua guerra contra o comunismo. A postura dos EUA durante a guerra fria, tinha como objetivo impedir a influência da União Soviética nos países do mundo, foi prontamente colocada em prática em El Salvador. O Departamento de Estado americano logo no início do conflito, chegou a declarar que FMLN estava sob o suporte de Fidel Castro, mesmo não existindo nenhuma evidência de que isso fosse de fato verdade. O governo cubano também negou o patrocínio direto aos insurgentes. O único apoio prestado pelos cubanos foi na ajuda de planos estratégicos aos líderes da FMLN em alguns momentos do confronto. De qualquer forma, antes do início do conflito, houve uma tentativa por parte da FMLN em se comunicar com os EUA na esperança de que os norte-americanos pudessem fazer uma pressão na execução das reformas que o governo militar havia

prometido anteriormente, e não cumpriu. Com a negativa estadunidense em manter qualquer diálogo com a guerrilha, o grupo não tinha muitas opções além de continuar com o início da guerra civil (KYLE, 2004).

As contribuições financeiras americanas foram essenciais para a manutenção do regime antes mesmo do início da guerra. Todavia, com os debates de direitos humanos crescendo cada vez mais dentro do congresso a respeito da atuação dos EUA em assuntos internacionais, novas contribuições não foram permitidas até 1979, porém as que já tinham sido acordadas continuaram. O que antes era uma contribuição de 20 milhões passou para 10 milhões (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980). Após os assassinatos realizados pelo esquadrão da morte contra membros da igreja católica, e a sua futura intenção de realizar novamente um ataque contra os jesuítas, a pressão exercida pelo governo americano para evitar um possível massacre só cresceu. A fim de reafirmar a sua inquietação sobre o assunto, os EUA bloquearam 90 milhões de dólares para o país no empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (LEOGRANDE e ROBBINS, 1980).

Contudo, essa contenção de violência pelo governo durou muito pouco. Alguns meses depois a lei draconiana para a “defesa e garantia da ordem pública” foi instalada, proibindo qualquer tipo de manifestação contra o regime, e suspendendo leis que garantiam uma investigação e acusação justas. Em resposta a isso, a esquerda revolucionária utilizou táticas bem sucedidas contra os seus inimigos, praticando sequestros, bombardeamento e assassinato de membros do governo, entre outros, a fim de garantir a libertação de seus membros políticos presos sob a imposição dessa nova norma.

A crescente repressão do governo de Carlos Humberto Romero foi denunciada por diversas instituições exteriores de direitos humanos, como a Anistia Internacional, e repreendida pela opinião pública internacional. Devido a esse cenário, o governo dos EUA se dividiram em duas vertentes; os que acreditavam que o patrocínio a esses regimes deveria continuar, pois o comando na mão dos militares era uma garantia de segurança, e outra vertente, que acabou sendo a dominante, na qual, a queda desse tipo de regime era inevitável, e que portanto, deveria se pensar uma nova saída ao centro, ao mesmo tempo que fosse possível conter o avanço da esquerda. A administração de Ronald Reagan deu continuidade a esse tipo de agenda, e exerceu pressão sob o governo para realizar eleições democráticas. Todavia, após a queda de Romero, o patrocínio ao regime militar se tornou a principal opção.

Mas não era apenas de ajuda financeira que o exército salvadorenha era auxiliado pelos EUA. Além do fornecimento de armas, aviões, helicópteros e sistema de satélites de vigilância, o treinamento de soldados salvadorenhos foi de extrema importância. Como

grande parte dos militares foram recrutados à força no início do conflito, a falta de preparo tático era alto, isso gerou grandes vantagens à FMLN. Reconhecendo isso, o treinamento de comandantes e soldados era um dos focos dos americanos. Segundo Mckinney (2015), grande parte do exército salvadorenho foi treinado na “Escola das Américas”, no “Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC)”. A escola foi criada em 1948 no Panamá, para o treinamento de militares de toda a América Latina. Já em 1984 se mudou para os Estados Unidos, e no final dos anos 2000 foi fechada devido a pressão internacional sobre seu incentivo a violações de direitos humanos por parte de seus membros, além de um currículo inadequado. Todavia, um ano depois a escola foi reaberta sob o nome de “Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC)” com o mesmo perfil problemático da instituição anterior. Diversos oficiais e membros do exército salvadorenho acusados de violações e torturas, tiveram seu treinamento no instituto.

Não era atoa que os EUA se preocupava com a opinião pública sobre a brutalidade que ocorria contra civis em El Salvador. A violência empregada pelo governo e pelos Esquadrões da Morte era desproporcional em comparação a FMLN, e posteriormente gerou grande repercussão internacional. Apenas citando os principais:

“O estupro e assassinato de quatro religiosas americanas em 1980, o massacre de Rio Sumpul em maio de 1980, o massacre em El Mozote em dezembro de 1981 (ver Danner 1993) o assassinato de seis padres jesuítas, de sua governanta e de sua filha, em 1989, tem sido frequentemente considerado como prova de padrões de violência por parte dos militares salvadorenhos” (GREEN, 2018, p.51).

A maioria das vítimas eram apenas civis que buscavam fugir do conflito. Muitos camponeses seguiam para a fronteira rumo a Honduras a fim de encontrar refúgio. Em uma dessas situações, em maio de 1980, em uma aldeia localizada em frente a fronteira, houve uma varredura terrestre dos militares salvadorenhos, os que tentaram atravessar para o outro país foram repelidos pelo exército hondurenho. O chamado “Massacre do Rio Sumpul” resultou na morte e tortura de 600 civis. Esse ato foi relevante, pois resultou na denúncia internacional do ocorrido, fazendo com que outros países e instituições internacionais dessem mais atenção aos casos de violência generalizada nas operações militares do governo dirigidos aos civis (TODD, 2010).

O massacre de “El Mozote” também foi um dos mais marcantes do conflito de El Salvador. O massacre dá nome à vila na qual a chacina ocorreu. Treinado pelos americanos, um batalhão de forças de elite do governo, dirigiu uma perseguição durante três dias aos civis, matando ao menos mil pessoas e torturando e estuprando outras (GREEN, 2018).

Com a repercussão internacional do ocorrido, com a entrevista de testemunhas e a mídia americana reportando o caso, o governo salvadorenho e dos EUA não mediram esforços em acobertar e negar o massacre. Todavia, após o ocorrido, o governo norte americano ganhou cada vez mais pressão popular para frear o apoio ao governo de El Salvador, e isso pode ser demonstrado, após vice- presidente George HW Bush advertir a elite salvadorenha que não continuariam a prestar apoio, caso as ocorrências de violência indiscriminada continuassem a acontecer nessa proporção. Nesse sentido, após esse alerta em 1983 houve uma queda no nível de mortes dos Esquadrões da Morte e forças do governo, mas não de outros tipos de violência, como tortura e estupros.

Diversos trabalhos citam que o treinamento do exército salvadorenho não priorizava a capacitação política nenhuma em sua formação, e como resultado, os combatentes do governo perpetraram mais violência do que os insurgentes. Ademais, além desses casos mais famosos citados, existem ainda diversas chacinas que foram acobertadas ou que não tiveram tanta repercussão internacional, mas são lembradas pelos sobreviventes civis do conflito.

Existiram diversas possibilidades para o fim do conflito que os EUA não consideraram nos anos seguintes. A abertura política, a fim de possibilitar à esquerda exercer algum tipo de representatividade foi ignorada antes da guerra e durante o conflito, e ironicamente, foi a solução encontrada para o término de doze anos de guerra. Seu “patrocínio” aos grupos de direita a fim de manter a estabilidade política por meio da repressão a todo o custo, não gerou bom frutos. Em relação aos investimentos econômicos, estima-se que pode ter chegado a quase um bilhão:

Um fator que ilustra a importância do conflito centro-americano no marco da Guerra Fria é o montante da ajuda econômica e militar do governo dos Estados Unidos ao governo salvadorenho. Um estudo sobre essa ajuda entre 1981 e 1985 registra um total de 1,73 bilhão de dólares, sendo 44,1% de ajuda indireta e 30% de ajuda direta relacionada com a guerra; 15,4% para reformas e desenvolvimento; e 10,5% para alimentação. Estima-se que a ajuda militar direta totalizou cerca de 1 bilhão de dólares durante todo o período do conflito armado (CÓRDOVA, TURCIOS, 2006).

Outras fontes relatam até 3 bilhões de dólares por volta de 1981 a 1987 (MANAUT, 1988 apud MATIJASCIC, 2014).

Em resumo, a interferência estadunidense prolongou a guerra muito mais do que o necessário. O governo americano agiu em nome de seu interesse particular em evitar o comunismo nos países da América Latina e de manter uma segurança militar na região. Somente nos dias atuais é que o governo chegou a admitir seu impacto negativo no conflito salvadorense, e demonstrar seu apoio ao governo oriundo da FMLN democraticamente eleito.

8. FINAL DO CONFLITO E ACORDO DE PAZ:

Nos anos finais do conflito, tanto o governo como a guerrilha se depararam com suas forças desgastadas. Além da deterioração interna, ambas as partes tinham dependência de atores externos, seja economicamente, como o caso dos EUA com o governo, ou politicamente, como a FMLN com a União Soviética e outros países pró revolução. Sendo assim, com o fim da guerra fria, as forças estatais salvadorenhas sabiam que seria mais difícil conseguir apoio ideológico para a manutenção do custeio da guerra por parte dos americanos, e os guerrilheiros se preocupavam também com a falta de apoio internacional para uma revolução após o fracasso do sistema socialista. Além disso, o início de uma insurreição popular esperada pela FMLN não tinha perspectiva de acontecer. O público base que dava apoio aos partidos mais moderados, como o PDC, não migrou seu amparo para os guerrilheiros. Ademais, com a possibilidade de uma transição política para a democracia e o fracasso de uma tomada de poder definitiva, a classe média gradualmente começou a diminuir seu suporte aos insurgentes.

Um exemplo de erros de ação da FMLN na hora de conquistar o apoio popular, eram as consequências negativas geradas pelos saques de produção de grandes donos de terras. Apesar de prejudicar o lucro dos produtores, grande parte da população camponesa ficava sem emprego, dificultando indiretamente a vida dos trabalhadores (KYLE, 2004).

Ademais, o nível de violência empregada pela FMLN também era problemático. Ao invés da busca de uma aliança com políticos locais, o grupo realizava assassinatos contra prefeitos, por exemplo, o que gerava instabilidade, desorganização e crise de gestão nos municípios. Segundo Crowley (1996), acredita-se que a FMLN foi responsável por 20% das mortes no início da guerra. Apesar desse número, o grupo de oposição detinha vários exemplos de práticas nobres em relação à população civil e de soldados capturados, como a não prática de tortura (KYLE, 2004). No fim, mesmo que uma força militar bem preparada, e o apoio de uma grande parte do campesinato, a interferência norte-americana e a desunião da esquerda, também são razões apontadas para o desfecho mal sucedido da guerrilha (KYLE, 2004).

Dessa maneira, após a ofensiva final de novembro de 1989, o grupo chegou ao consenso de iniciar uma rodada de negociações a fim de não perder influência política e manter a sua figura relevante no pós-guerra. Já a coerção militar continuou com o objetivo de

alcançar uma conjuntura favorável nos processos de negociação. Ademais, com a entrada do presidente George H. W. Bush (1989-1993) no poder dos EUA, a política externa toma novos rumos. O amparo econômico americano no governo salvadorenho diminui, e a busca por cooperação e uma desmobilização para o conflito aumentou, movimento este completamente oposto ao da gestão de Reagan, que buscava o fim total da guerrilha (MATIJASCIC, 2014).

Destarte, a FMLN decide começar um processo de diálogo com membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para transitar até um acordo de paz. O primeiro contato do grupo foi feito com Álvaro de Soto, membro da ONU, e principal figura das mesas de negociação que ocorreram oficialmente mais adiante. O encontro teve como objetivo indagar como seria a atuação da ONU em um possível processo de paz e como anular os interesses do Conselho de Segurança das Nações Unidas -em especial os EUA- no processo de negociação (MATIJASCIC, 2014). Tratado os questionamentos iniciais, é sugerido a formação de um grupo com representantes de delegações, sendo eles “o grupo de países que atuou como coadjuvante do processo de negociação pela SGNU foi: México, Venezuela, Colômbia e Espanha, o “Grupo e Amigos da Secretaria Geral” para El Salvador” (MATIJASCIC, 2014, p. 102).

No início do ano de 1990 o diálogo entre FMLN e governo é iniciado e mediado pela ONU, e um cessar-fogo ocorreu em 31 de dezembro de 1991, se estabelecendo de forma oficial em 1º de fevereiro de 1992. Neste ano, ocorreu o Acordo de Paz de Chapultepec, realizado no México, assinado em 16 de janeiro de 1992, colocando fim a doze anos de conflito.

Além de uma saída pacífica do conflito, o desenlace final do acordo resultou em melhorias em pontos críticos do país, como a reforma no setor de segurança, uma nova constituição, a criação de uma polícia civil e a regulamentação das forças armadas. A FMLN entregou suas armas e tornou-se um partido político legítimo, elegendo 17 anos depois, seu primeiro presidente, Mauricio Funes.

9. CONCLUSÃO:

Como visto na obra de Newman, a construção do Estado ao longo da história raramente ocorre de forma pacífica, e sim de maneira violenta e coercitiva. A exclusão de parte da população que não atende aos interesses da camada dominante do governo pode gerar contestações futuras, que tem a sua origem na consolidação do Estado. A história de El Salvador é marcada pelo controle e

coerção contra a população ao longo de sua trajetória. Desde sua independência, a formação de uma pequena elite governou o país buscando seus interesses particulares e deixando a população fora das decisões, administrações estatais e benefícios econômicos. O seu alinhamento junto aos militares produziu um instrumento poderoso de controle por meio do uso exacerbado do monopólio da força. A utilização do terror contra os cidadãos evitou revoltas e suprimiu protestos durante anos de forma eficaz, até o início da guerra civil.

Como visto ao longo da história do país, esse processo foi atroz e excludente, resultando em mortes excessivas, como o massacre de El Mozote. Além de violação dos direitos humanos e corrupção governamental. A violência empregada pela ditadura militar contra os civis e o isolamento econômico da maior parte da população gerou contestações políticas que inicialmente foram feitas por via legal. A tentativa de criação de diversos partidos políticos, e organizações sociais legalizadas demonstram esse propósito. Todavia, a falta de abertura por parte do governo, as constantes fraudes eleitorais e a intensificação da violência para a manutenção do controle estatal, deixou com que as alternativas restantes ficassem limitadas à disputa pelo poder central.

Outroassim, a criação da FMLN como ator político e ideológico que conseguiu concentrar as principais demandas sociais em uma agenda pautada na igualdade social, e que mobilizou as mais diversas camadas sociais, fez dele uma oposição efetiva. Apesar de não ter alcançado seu projeto principal de tomada de poder do Estado, os insurgentes foram capazes de negociar uma saída que mudasse o Status quo e consequentemente lograr a possibilidade de instaurar um novo regime político no país.

Como teorizado na obra de Newman (2014) é possível notar na construção do Estado salvadorenho que sua unificação foi criada através de diversas disputas e exclusões. Todavia, foi também na constante utilização da violência estatal e a desigualdade econômica ao longo do século, que produziu as causas que motivaram a guerra civil no país. Em vista disso, recorrer a história da formação do país e seus antecedentes é essencial para melhor compreender o início do conflito intra-estatal.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Alberto Martín. From Revolutionary War to Democratic Revolution.: The Farabundo Martí National Liberation Front (FMLN) in El Salvador.. **Berghof Conflict Research**, Berlin, Germany, v. 9, n. 1, p. 1-44, jan./2010. Disponível em: <https://berghof-foundation.org/library/from-revolutionary-war-to-democratic-revolution-the-f>

arabundo-mart%C3%AD-national-liberation-front-fmln-in-el-salvador. Acesso em: 2 fev. 2022.

BINFORD, Leigh. **THE EL MOZOTE MASSACRE: Human Rights and Global Implications**. 1. ed. United States of America: THE UNIVERSITY OF ARIZONA PRESS, 2016. p. 1-377.

COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas. 2005. **Understanding Civil War : Evidence and Analysis**, Volume 1. Africa. © Washington, DC: World Bank. <http://hdl.handle.net/10986/7437>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHÁVEZ, Joaquín M.. AHR Roundtable:: How Did the Civil War in El Salvador End?. **American historical review**, Oxford, v. 120, n. 05, p. 1784-1797, dez./2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ahr/120.5.1784>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CRUZ, J. M. *et al.* La violencia en El Salvador en los años noventa.: Magnitud, costos y factores posibilitadores. **Red de Centros de Investigación de la Oficina del Economista Jefe Banco Interamericano de Desarrollo (BID) Documento de Trabajo R-338**, San Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-51, out./1998. Disponível em: <https://www.iadb.org/oce/41.htm>. Acesso em: 1 out. 2023.

DELUGAN, Robin Maria. Peace, Culture, and Governance in Post-Civil War El Salvador (1992–2000):. **Journal of Human Rights**, Chicago, v. 04, n. 01, p. 233-249, jan./2005.

FREIRE, D. A. M. Entre Urnas e Armas: A Competitividade do Poder Executivo e as Guerras Civas, 1976-2000. **Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 1-190, jan./2011.

GLEDITSCH, Nils Petter, MELANDER, Erik, URDAL, Henrik. Introduction—Patterns of Armed Conflict since 1945. *In*: MASON, T. David, MITCHELL, Sara McLaughlin. **What Do We Know about Civil Wars?**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016. p.15-32.

GREEN, Amelia Hoover. **THE COMMANDER'S DILEMMA: Violence and Restraint in Wartime**. 1. ed. ITHACA AND LONDON: CORNELL UNIVERSITY PRESS, 2018. p. 1-256.

HOBDEN, Steve. El Salvador:: Civil war, civil society and the state. **Routledge**, London, v. 1, n. 1, p. 106-120, set./2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13698240008402441>. Acesso em: 1 out. 2023.

KALYVAS, Stathis N.. **The Logic of Violence in Civil War**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 1-485.

KASHANI, Saraí. Forces that Propelled the Civil War in El Salvador:: Peasant Mobilization, the Catholic Church, and United States Intervention. **UCLA Undergraduate Research Journal for the Humanities and Social Sciences**, Los Angeles, v. 17, n. 1, p. 119-137, jan./2020. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8gg029g9>. Acesso em: 1 out. 2023.

KYLE, Brett. Causes for Civil War and Failed Revolution in El Salvador. **University of Texas**, Austin, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan./2004. Disponível em: <https://www.utexas.edu/>. Acesso em: 1 out. 2023.

LEOGRANDE, William M.; ROBBINS, Carla Anne. Oligarchs and Officers:: The Crisis in El Salvador. **Foreign Affairs**, New York, v. 58, n. 5, p. 1084-1103, jan./1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20040583>. Acesso em: 1 out. 2023.

MANAUT, Benítez; RAÚL. El Salvador 1984-1988: guerra civil, economía y política. **Realidad**, Los Proceres, v. 1, n. 6, p. 527-540, jan./1988.

MASON, T. David. The Civil War in El Salvador: A Retrospective Analysis. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 34, n. 3, p. 179-196, jan./1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2503968>. Acesso em: 1 out. 2023.

MASON, T. David; MITCHELL, Sara McLaughlin. **What do we know about civil wars?:** . 1. ed. Maryland: Rowman & Littlefield, 2016. p. 1-365.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. EL SALVADOR: DA GUERRA CIVIL ÀS REFORMAS INSTITUCIONAIS DOS ANOS 1990: Tese (Doutorado em História). **Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Franca, v. 01, n. 01, p. 1-291, ago./2014.

MCKINNEY, Cara E.. Twelve Years a Tears a Terror:: U.S. Impact in the 12-Year Civil War in El Salvador. **International Research Scape Journal**, Ohio, v. 2, n. 15, p. 1-25, jan./2015. Disponível em: <https://scholarworks.bgsu.edu/irj/vol2/iss1/5/>. Acesso em: 1 out. 2023.

NEWMAN, Edward. **Understanding Civil Wars**: Continuity and change in intrastate conflict. 1. ed. New York: Routledge, 2014. p. 1-205.

NEWMAN, Edward; DEROUEN, Karl; JR.. **ROUTLEDGE HANDBOOK OF CIVIL WARS**: .. 1. ed. New York: Routledge, 2014. p. 1-390.

PAIGE, Jeffery M.. Land Reform and Agrarian Revolution in El Salvador:: Comment on Seligson and Diskin. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 31, n. 2, p. 127-139, jan./1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2504031>. Acesso em: 1 out. 2023.

PEARCY, Thomas L.. **THE HISTORY OF CENTRAL AMERICA** . 1. ed. Westport: Greenwood Press , 2006. p. 1-167.

PÉREZ, J. D. M. *et al.* OLIGARQUIA CAFETALERA. **UNIVERSIDAD CENTROAMERICANA “JOSÉ SIMEÓN CAÑAS”**, san salvador, v. 1, n. 1, p. 1-8, jun./2013. Disponível em: http://www2.uca.edu.sv/sociologia/media/archivo/473b23_oligarquiacaferalera..pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

SITES.USP.BR/PORTALATINOAMERICANO/. **El Salvador**. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-el-salvador>. Acesso em: 1 out. 2023.

STANLEY, William Deane. **The protection racket state::** elite politics, military extortion, and civil war in El Salvador I. 1. ed. Philadelphia: Temple University Press, 1996. p. 1-328.

TAYLOR, Robert W.; VANDEN, Harry E.. Defining Terrorism in El Salvador: "La Matanza". **SAGE Social Science Collections** , Singapore, v. 463, n. 01, p. 106-118, set./1982.

TODD, Molly. **Beyond Displacement:** Campesinos, Refugees, and Collective Action in the Salvadoran Civil War. 1. ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2010. p. 1-286.

WOOD, Elisabeth Jean. **Insurgent Collective Action and Civil War in El Salvador.** 1. ed. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2003. p. 1-308.